

HORTAS URBANAS NO DISTRITO DO CAMPECHE E O BANCO DE TEMPO DE FLORIANÓPOLIS- SC/BRASIL¹

Paula Carolina Favaretto Santos

Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Programa de Pós-Graduação em Geografia

paula.favaretto@posgrad.ufsc.br

Clécio Azevedo da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Programa de Pós-Graduação em Geografia

clecio@cfh.ufsc.br

A agricultura urbana (AU) é um fenômeno que está crescendo em importância e vem chamando a atenção de pesquisadores de todo o mundo. Através de pesquisas científicas tem cada vez mais se legitimado especialmente no que diz respeito à questão espacial e ao desenvolvimento das cidades.

Muitas são as possíveis vantagens para a cidade a partir das atividades que envolvem a agricultura urbana. Entre elas, podemos citar a melhoria da segurança alimentar, incrementando não apenas a quantidade, mas também a qualidade dos alimentos consumidos na cidade, já que grande parte das hortas urbanas utiliza adubos orgânicos; outra questão é a da redução na quantidade de resíduos orgânicos enviados para os aterros sanitários, já que as hortas urbanas promovem, em sua maioria, a compostagem local destes resíduos, e o adubo proveniente é utilizado no plantio².

A utilização produtiva e o manejo adequado de terrenos ociosos também interessam à gestão urbana por oporem-se à prática do “pousio imobiliário” e também ao depósito irregular de lixo. Além disso, o espaço das hortas também recebe atividades de convívio e trocas sociais, de educação ambiental, lazer, terapêuticas, que promovem a cooperação social, bem como a valorização da produção local de alimentos, de plantas medicinais e ornamentais. Também há a possibilidade de geração de renda, por meio da comercialização destes produtos ou dos excedentes³.

As hortas urbanas podem amenizar a umidade e a temperatura das áreas urbanas, favorecer a manutenção da biodiversidade, melhorar a qualidade de vida das espécies animais que as

¹A produção e apresentação deste trabalho receberam apoio do Programa de Apoio à Pós-Graduação e da Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil (PGPSE/CAPES) – Projeto: “Políticas Públicas, Mercados Institucionais, Agricultura Urbana e Periurbana”.

² Roesel, 2003

³ Roesel, 2003

visitam, promover o escoamento das águas das chuvas e, ainda, melhorar a infiltração da água no solo, diminuindo os riscos de enchentes⁴.

O interesse pelo tema é crescente e, do ponto de vista teórico, a agricultura urbana é uma categoria que se mantém em processo de construção, à sombra do debate sobre as noções de espaço urbano, periurbano e rural e suas relações. Evidentemente, as práticas agrícolas usufruem de uma aparente vantagem de proximidade em relação aos consumidores, porém, os produtores enfrentam a barreira dos altos preços dos terrenos urbanos (seja para compra, seja para arrendamento). Ou ainda, a instabilidade da manutenção das áreas agrícolas frente à enorme concorrência (geralmente de atividades mais lucrativas) de uso daquele determinado espaço. Apesar do crescente interesse em explorá-la como forma de melhorar as condições da vida das pessoas na cidade, a agricultura urbana é colocada em prova diante destes dilemas, logo, estudos voltados para discutir suas perspectivas de futuro se fazem cada vez mais necessários.

Por outro lado, cada experiência de agricultura urbana envolve questões políticas, econômicas, sociais e ambientais específicas de cada localidade, demonstrando a versatilidade desta prática. Neste sentido, o objetivo do artigo é analisar a construção desta agricultura urbana no bairro do Campeche e os desafios e limites que enfrenta.

Breve panorama do movimento da Agricultura Urbana

A Agricultura Urbana no mundo

A prática da agricultura urbana não tem uma origem única, sendo historicamente dependente de conjunturas as mais variadas. Em Cuba, por exemplo, é praticada desde o embargo econômico norte-americano, iniciado na década de 1960 que impediu a entrada de agroquímicos no país e que foi reforçado pela “Lei Torricelli”, estabelecida na década de 1990⁵. Desde essa década, e com o fim do suporte externo da URSS, a AU de base agroecológica tem servido à política de segurança alimentar e nutricional dos cubanos⁶.

Em diversos países latinoamericanos, a exemplo do México, Argentina e Chile surgiram movimentos de agricultura urbana a partir da década de 1980, em reação a contextos de crise que geraram aumento dos preços, redução dos salários, entre outros problemas que afetaram o acesso aos alimentos⁷. Desde aquela época, a FAO – “Food and Agriculture Organization of The United Nations” – passou a promover ações específicas de estímulo à agricultura urbana em mais de 130 países, como parte de sua estratégia para a segurança alimentar⁸.

O Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (IDRC)⁹, sediado no Canadá, financia pesquisas em países emergentes no intuito de promover o crescimento e reduzir a

⁴ Idem

⁵ Altieri, 1999

⁶ De Aquino, 2007

⁷ idem

⁸ FAO, 2018

⁹ IDRC, 2018

pobreza nessas regiões. A ONG “*City Farmer*”¹⁰, organização sem fins lucrativos, também sediada no Canadá, reúne em seu site, desde 1994, diversas informações sobre como cultivar alimentos na cidade, bem como exemplos de agricultores urbanos do mundo todo, entre outras informações pertinentes ao tema.

Já a ONG “*Ruaf Foundation*” (*RUAF*)¹¹ é um centro de especialização sobre agricultura urbana sustentável e sistemas alimentares, desde 1999 atua em parceria com cidades, institutos de pesquisa e ONGs que possuam histórico em agricultura urbana ou em soluções de sistemas alimentares urbanos promovendo geração e divulgação de conhecimento, assessoria técnica, pesquisa, design de políticas e planejamento de ações para os sistemas alimentares urbanos.

A Rede Latino-americana de Investigações em Agricultura Urbana (AGUILA) foi criada em 1997 com o objetivo de promover políticas, tecnologias e métodos para aprimorar a produtividade, a acessibilidade e a sustentabilidade dos sistemas de produção alimentar nas áreas urbanas.

A Rede Internacional de Agricultura Urbana (*International Network for Urban Agriculture – INUAG*)¹² instituição norte americana de caridade pública promove um prêmio (monetário) anual a agricultores urbanos selecionados entre produtores do mundo todo, esta premiação é realizada através de contribuição voluntária de seus apoiadores.

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Coordenadora do grupo de estudos em agricultura urbana da Universidade Federal de Minas Gerais (AUÊ!)¹³ – Brasil – identifica diferentes focos das pesquisas internacionais sobre agricultura urbana a partir de autores como Smit; Ratta; Nasr; 1996; Mougeot, 2005; Redwood, 2009; Hamilton *et al.*, 2013; Mok *et al.*, 2013, elucidando uma grande articulação entre as pesquisas internacionais e sua incorporação nas políticas e programas internacionais de acordo com as particularidades e contextos de desenvolvimento de cada país¹⁴.

Recentemente, a Universidade Autônoma Metropolitana do México (UAM) sediou o “III Encontro Latino-americano de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP)”, que teve o intuito de reconhecer o escopo da agricultura urbana e periurbana nos países da América Latina nas áreas de inovação tecnológica na produção, políticas públicas, pesquisa e educação.

O movimento da Agricultura Urbana no Brasil

No Brasil, o primeiro grande evento foi o “I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU)”, organizado em 2015 pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, pela Articulação Nacional de Agroecologia e pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Neste Encontro, foi elaborada uma carta política sob o título: “Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade”, a qual elenca diversas propostas e as diretrizes políticas acordadas em

¹⁰ FARMER, 2018

¹¹ RUAF, 2018.

¹² INUAG, 2018

¹³ AUÊ, 2018

¹⁴ Almeida, 2005

âmbito nacional. Em um dos seus trechos, a carta deixa claro a intenção de opor-se a um desenvolvimento urbano que ameace a convivência entre a cidade e as práticas agrícolas:

Essas ameaças e conflitos têm suas raízes, principalmente, no projeto de mercantilização dos espaços urbanos que se dá em detrimento dos modos de vida locais e das formas de uso e ocupação protagonizados pelas/os protagonistas de lutas e mobilizações que convergem com a agricultura urbana. Nesse sentido, repudiamos o processo de mercantilização da natureza e das relações sociais nas cidades, que impacta diretamente a qualidade de vida, a relação com o território e o acesso ao alimento de qualidade. (...) combatemos a especulação imobiliária e a política de remoções que promovem a exclusão social, e que dificultam e impedem o acesso aos recursos naturais pelas populações nas cidades¹⁵.

Em maio de 2007 grupos de pesquisadores, organizações não-governamentais e movimentos sociais de diversas regiões do país, se reuniram em Brasília (capital federal brasileira) e formularam o documento “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras”, o qual coletivamente, entre outras diretrizes, aponta que:

Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades¹⁶.

Diversas Políticas Públicas no Brasil vêm fortalecendo movimentos em prol da agricultura nas cidades, alguns exemplos podem ilustrar como o do Rio de Janeiro/RJ onde há o projeto “Hortas Cariocas” da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; ou em Curitiba/PR onde há o “Programa de Agricultura Urbana” da Secretaria Municipal do Abastecimento e vencedor do prêmio C40 Cities Awards 2016¹⁷, na categoria Cidades Sustentáveis; e os exemplos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e do Fundo Socioambiental (FSA) que apoiam projetos na área de gestão de resíduos, incluindo a compostagem.

Outra experiência importante é a dos Hortelões Urbanos, grupo de São Paulo/SP, criado em 2011 que realiza hortas urbanas na região da Av. Paulista e em outros bairros nobres. A ONG Cidades sem Fome¹⁸ também atua em São Paulo/SP desde 2004, desenvolvendo projetos de agricultura orgânica em áreas urbanas e rurais, no intuito de promover a autossuficiência financeira e de gestão, e de criar oportunidades de trabalho para pessoas em vulnerabilidade social, seu público-alvo. A partir de 2009 as ações e projetos desta ONG começou a se expandir para outras regiões do país.

O Ministério do Desenvolvimento Social brasileiro lançou recentemente o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018)¹⁹, o programa será implementado a partir de março deste ano, e tem como principal objetivo contribuir na segurança alimentar e na produção agrícola agroecológica comunitária e doméstica nas cidades

¹⁵ ENAU, 2015

¹⁶ Santandreu; Lovo, 2007, p. 10

¹⁷C40, 2016

¹⁸ FOME, 2018

¹⁹ Da União, 2018

e seu entorno. O programa tem como meta sensibilizar governos municipais e estaduais para desenvolverem suas próprias políticas de AU. A criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis Decreto nº 17.688, de 05 de junho de 2017 vem ao encontro deste programa nacional, na medida em que promove estas práticas agroecológicas e sustentáveis.

Entretanto, segundo Daniela de Almeida, as pesquisas científicas voltadas diretamente para este tema ainda são incipientes no Brasil, pois “a ausência de uma literatura consolidada ou de uma tradição de pesquisa sobre agricultura urbana nos estudos urbanos no Brasil (...) sinaliza uma lacuna na produção de conhecimento sobre as práticas agrícolas urbanas no país”²⁰. Esta pesquisadora integra o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana do Instituto de Geociências (AUÊ!), aproximando a temática da agricultura urbana a diferentes campos de investigação dentre eles: planejamento urbano, agroecologia, conflitos socioambientais, organização popular, segurança alimentar, economia popular e solidária.

Atualmente, três grupos de pesquisa da área de geografia humana (liderados por pesquisadores da UFRN, UNESP/Presidente Prudente e UFSC), estão realizando o projeto “Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana/periurbana”, financiado pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação e da Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil (PGPSE/CAPES).

Elementos teóricos norteadores

O conceito de AU proposto por Luc Mougeot abrange as diferentes facetas que esta prática pode apresentar:

Agricultura urbana é uma atividade localizada no espaço intra-urbano ou no entorno periurbano de uma pequena localidade, cidade ou metrópole; que cultiva e produz, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utilizando, amplamente, recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e no entorno dessa área urbana; e por sua vez fornecendo recursos humanos e materiais, produtos e serviços principalmente para a mesma área urbana ²¹.

A questão espacial é fundamental no entendimento das dinâmicas da agricultura urbana pois conforme Roberto Lobato Corrêa “a cidade capitalista é o lugar de ocorrência de diversos processos sociais, entre eles a acumulação de capital e a reprodução social”²². Tais processos, segundo o autor, criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana. Entender, portanto estas atividades, suas funções e formas nos esclarece os processos espaciais que para o autor são “forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade na sociedade. São, portanto, estes “processos espaciais, de natureza social e cunhados na própria sociedade” ²³.

²⁰ Almeida 2015, p. 419

²¹ Mougeot, 2000, p. 10

²² Corrêa, 1989 p.37

²³ Idem

A renda da terra

O conceito de Renda da Terra é imprescindível para o entendimento da dinâmica agrária, bem como da dinâmica urbana, já que em ambos os casos, conforme afirma Sérgio Aparecido Nabarro “a terra entra como componente fundamental para o entendimento da modernização e da reprodução social capitalista”²⁴. Iremos analisar este conceito na perspectiva dos autores clássicos principalmente nas perspectivas de Von Thünen, David Ricardo e Karl Marx, no intuito de entender como se explica a existência, ou mesmo a permanência da agricultura urbana no bairro do Campeche, diante da concorrência de outras formas de uso, em meio à expansão da cidade. Da mesma forma, cabe entender em que medida estas práticas da agricultura urbana “compõem outro modo de produzir o espaço urbano mais além dos padrões ditados pela voracidade capitalística do mercado imobiliário”²⁵.

Adam Smith, criador do liberalismo econômico, definiu - de maneira aqui simplificada - o conceito de Renda da Terra como “o preço pago pelo uso da terra ao seu proprietário”²⁶. David Ricardo, economista político britânico, avançou nesta consideração e propôs que a renda da terra se constituiria como “parte do produto da terra paga ao seu proprietário pelo uso das forças originais e indestrutíveis do solo”²⁷. Ricardo, portanto, afirmava a existência de uma renda diferencial entre várias agriculturas, determinada pela diferença de fertilidade entre as terras. Por sua vez, Johann Heinrich von Thünen, economista alemão, introduziu a variável distância (dos mercados) na teoria sobre a renda diferencial ao concluir que a escolha de um determinado sistema agrícola depende da localização da área a ser utilizada em relação à cidade²⁸.

Marx, em “O Capital”, superou, em sua análise, as limitações na renda diferencial atribuídas à natureza pelos economistas anteriores, ao conceber que o progresso técnico (mecanização, insumos, transportes, etc.) potencializa a fertilidade original e é também capaz de relativizar as condições de localização, denominando esse resultado superior obtido de renda diferencial II²⁹.

No entanto, Marx também observou que a renda da terra não é derivada unicamente das diferenças entre agriculturas; também deve incluir o valor pago ao proprietário por deter o monopólio deste recurso. Ou seja, possuir a terra em si mesmo é um fator gerador de renda, sendo que este benefício deve ser contabilizado como um prêmio pago ao proprietário. Marx chamou essa variante de renda da terra como “renda absoluta”, que será tão mais expressiva quanto maior seja a expectativa do benefício obtido com a simples propriedade do imóvel.

A renda absoluta no espaço urbano é resultante, portanto, da disputa multissetorial pelo domínio do recurso escasso “terra”. A agricultura, em geral, não alcança uma renda capaz de competir com a maioria dos setores produtivos que disputam o acesso à terra na cidade; a composição orgânica do capital da indústria da construção civil, por exemplo, é várias vezes superior à agrícola. A decisão sobre o uso da terra para a agricultura urbana está permanentemente ameaçada por sua menor capacidade de obter renda absoluta, ainda que, do ponto de vista da

²⁴ Nabarro, 2010, p.1.

²⁵ Lenzi, 2017, p. 602

²⁶ Smith, 1996, p. 187 *apud* Nabarro, 2010, p.1.

²⁷ Ricardo, 1988, p.34 *apud* Nabarro, 2010, p.5.

²⁸ Waibel, 1948

²⁹ Marx, 1894

renda diferencial, possa justificar sua existência em relação aos concorrentes estabelecidos fora da cidade.

A economia solidária

A agricultura urbana não tem por objetivo final único e exclusivo a obtenção de lucro em suas operações comerciais dos produtos e serviços gerados, e sua articulação com a economia solidária pode ocorrer através de redes sociais de cooperação, vizinhança e ajuda mútua.

Diversos autores têm discorrido sobre os conceitos de Economia Solidária (ES) no Brasil, conforme elucida Antônio César Ortega, tais como, Paul Singer, da Universidade de São Paulo (USP); José Ricardo Tauile, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Luiz Inácio Gaiger, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS (UNISINOS); Lia Vargas Tiriba, da Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), entre outros³⁰. Realizar a exegese deste termo não facilitaria a análise aqui proposta, sendo assim iremos delimitar o conceito de economia solidária com base no Plano Nacional de Economia Solidária de 2015, produzido pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES) no Brasil, o qual afirma que:

A economia solidária expressa formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade³¹.

Paul Singer traz detalhadamente as origens históricas da economia solidária na Grã-Bretanha do início do século XIX, indicando que a mesma “nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção”³². A organização dos trabalhadores em sociedades cooperativas, ou grupos sociais que realizam transações comerciais pautadas nos princípios acima apresentados vêm crescendo, e no Brasil apesar do cooperativismo ter chegado apenas no século XX, trazido pelos imigrantes europeus, vem apresentando grande força e criatividade. A exemplo da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), criada em 1994, que consiste na associação de trabalhadores em empreendimentos econômicos próprios que dirigem coletivamente seus negócios³³.

Os “espaços diferenciais”

Analizando a agricultura urbana por meio da questão espacial, vislumbramos a versatilidade e variedade de formas e funções que tais práticas podem apresentar e sua possibilidade de serem os espaços agrícolas metropolitanos “espaços diferenciais” – com base nos conceitos de Lefebvre - que nasceriam a partir das contradições do espaço abstrato e poderiam conduzir à mudança social. Para o autor, o confronto entre “o espaço abstrato, produzido pelo poder econômico e político e o espaço social, resultado da vida cotidiana e produzido pela ação e interação entre todos os atores da sociedade, aponta para mudança social”³⁴, afirma ainda que

³⁰ Ortega, 2007

³¹ Brasil, 2015, p.6

³² Singer, 2002 p. 24

³³ Vieitez, 2004

³⁴ Lefebvre, 1991b, p. 63 *apud* Almeida, 2015 p. 428

o espaço abstrato tem a tendência de transformar o valor de uso coletivo do espaço em valor de troca, não respeitando as particularidades presentes e segregando, criando assim “uma abertura para seu próprio fim, frente à incapacidade do capitalismo e do Estado em dominar o caos espacial por eles mesmos produzido”³⁵.

Nessa mesma linha de raciocínio, Fábio Rodrigues da Costa afirma que:

É na escala local que uma parcela da população reconhece a exploração desmedida imposta pelos grupos que controlam a informação, as finanças, a produção de mercadorias e as técnicas e procuram se organizar com o objetivo direto ou indireto de oferecer resistência. A resistência ocorre mediante um compromisso firmado entre aqueles que integram o grupo e decidem colocar em prática ações transformadoras. No processo a submissão é substituída pela motivação e pela criatividade³⁶.

Se a agricultura urbana é produtora de espaço, e por suas características anteriormente apresentadas, enquanto alternativa de modo de vida na cidade, um modo que contesta ou não se incorpora ao modo capitalista, Daniela de Almeida sugere um novo sentido aos espaços que cria, podendo então representar uma forma de produção não capitalista do espaço urbano contemporâneo³⁷.

A AU no distrito do Campeche, Florianópolis/SC - Brasil

Em Florianópolis/SC - Brasil há diversos grupos que promovem as hortas urbanas e a gestão local dos resíduos orgânicos domiciliares. A Rede “Semear Floripa”, atua no município desde 2014 e é composta por representantes de grupos organizados da sociedade civil, das universidades e de diversos órgãos públicos tais como a Secretaria Municipal da Saúde, a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), entre outros, além do CEPAGRO e dos “Quintais de Floripa”, dos quais falaremos melhor adiante. O Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis instituído pelo Decreto nº 17.688, de 2017 é, em grande parte fruto de estudos e trabalhos desta rede.

O Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO)³⁸, por sua vez, promove a difusão da agroecologia de forma articulada em rede, tanto em comunidades rurais quanto urbanas do estado de Santa Catarina, e seus principais projetos envolvem a agricultura urbana, gestão de resíduos orgânicos e o desenvolvimento rural sustentável.

O distrito do Campeche no sul da ilha de Florianópolis (Figura 1) possui uma área total de 35,32km². É o segundo distrito mais populoso de Florianópolis sua população total residente era de 18.570 no censo de 2000, e em 2010 já era de 30.028 habitantes³⁹. Entretanto, estimativas

³⁵ Idem

³⁶ Da Costa, 2014 p. 50

³⁷ Almeida, 2015

³⁸ CEPAGRO, 2018

³⁹ IBGE, 2010

apontam um crescimento populacional de residentes neste distrito até 2030 de 59.083 habitantes, e somados à população flutuante o número atinge 82.012 habitantes⁴⁰.

A evolução recente do Campeche acolhe um processo de urbanização dispersa, ainda com baixa densidade demográfica e com uma limitada oferta de infraestrutura urbana, como saneamento e pavimentação⁴¹.

O distrito é dividido em 5 bairros: Campeche Central, Campeche Norte, Campeche Leste, Campeche Sul, Rio Tavares e Morro das Pedras⁴². Em 1985 com a aprovação do Plano Diretor dos Balneários (lei nº 2.193/85) que permitiu o uso e ocupação urbana no interior da Ilha de Santa Catarina (e transformou diversas terras rurais em urbanas), grandes mudanças foram acarretadas, entre elas a da própria função da terra para os antigos proprietários e moradores (agricultores, pescadores e artesãos nativos) que com o novo perfil de seus habitantes (classe média, funcionários públicos, etc.) priorizaram o valor de troca em detrimento do seu valor de uso⁴³.

A especulação imobiliária, desta forma, trouxe uma nova feição à região da planície do Campeche, modificando a paisagem e o modo de vida da comunidade local, que antes era pouco urbanizada e pouco povoadas, e agora enfrenta os desafios ocasionados pela intensa expansão imobiliária⁴⁴.

O órgão responsável pela elaboração de estudos para implantação e atualização do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), juntamente com a comunidade estão avançando na elaboração e nas revisões para o novo Plano Diretor e nas discussões, a função social da propriedade, e seus desdobramentos, culturais, ambientais, econômicos etc., têm sido pauta fundamental.

A expansão das residências no bairro do Campeche conta com um processo de verticalização lento e contingenciado pelos debates do Plano Diretor. Neste contexto, surgiram diversos “quintais produtivos”, isto é, terrenos destinados ao cultivo de hortas para autoconsumo e até mesmo para a comercialização, a exemplo do “Quintal da Cova”, no qual o proprietário criou até uma página nas redes sociais para divulgar sua produção e comercializar seus excedentes.

O grupo “Quintais de Floripa”⁴⁵, constituído por diversos voluntários, promove a instalação de hortas comunitárias (atualmente promovem seis hortas), tais como a Horta das Garças, situada em um terreno privado com modo de uso coletivo e aberto a todos os moradores. Outra experiência destacada é a Horta da Fazenda Rio Tavares, uma parceria deste grupo com o Posto de Saúde Fazenda Rio Tavares, utilizada para educação ambiental e cultivo de ervas medicinais. Também está em plena atividade a Horta Comunitária da Associação dos Moradores do Jardim

⁴⁰ IPUF, 2008

⁴¹ idem

⁴² Pazolini, 2014

⁴³ Pazolini, 2014

⁴⁴ Gandolfo, 2011, p. 170

⁴⁵ De Floripa, 2016

das Castanheiras (AMOJAC), situada em uma área de propriedade da Associação, mas destinada ao uso coletivo. Todas estas experiências estão localizadas no bairro do Campeche/Rio Tavares. O grupo Quintais de Floripa, juntamente com a Associação dos Moradores do Campeche (AMOCAM), entre outros parceiros, promovem também o planejamento e a realização da maior horta comunitária do município: a horta do Parque Cultural do Campeche (PACUCA).

A horta comunitária do PACUCA está localizada em um terreno onde era anticamente o Campo de Aviação do Campeche. Esta área pertence ao Governo Federal (Comando da Aeronáutica) e está sob a responsabilidade patrimonial da Base Aérea de Florianópolis, a área possui 211.923,51m² e foi classificada pelo Plano Diretor de 2014 como Área Comunitária Institucional (ACI). Parte desta área, a parcela que foi cedida para a Superintendência de Patrimônio da União em 2011, está sendo requisitada por movimentos sociais locais para se tornar uma área verde de lazer (AVL), modalidade adequada para este tipo de uso e prevista no zoneamento do Plano Diretor que está sendo atualmente discutido.

Figura 1. Distritos do Município de Florianópolis



Fonte: http://www.mobfloripa.com.br/mapas_det.php?codigo=31

A empresa Destino Certo, também localizada no bairro do Campeche, tem como principal serviço oferecido a coleta de resíduos orgânicos de grandes geradores locais (restaurantes, lanchonetes, escolas, etc.) e a compostagem destes resíduos em sua sede. O composto orgânico produzido pela empresa é então utilizado na adubação da própria horta orgânica, realizada no

mesmo terreno, e a empresa também comercializa estes alimentos e o próprio composto que produz, inclusive de forma solidária.

O Banco de Tempo de Florianópolis (BTF) para a agricultura urbana: promovendo uma cidade pós-capitalista?

Conforme afirma o Plano Nacional de Economia Solidária, a expansão da economia solidária

...aponta para uma nova estratégia de desenvolvimento, antagônica ao capitalismo, e que se expressa em diferentes dimensões: democratização da gestão da atividade econômica; justa distribuição dos resultados alcançados; participação junto à comunidade local em processos de desenvolvimento sustentável; preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e com a preservação do meio ambiente; e relações com outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório⁴⁶.

A iniciativa do Banco de Tempo de Florianópolis/SC (BTF)⁴⁷ é um caso específico a ser estudado, visto que funciona como um clube de trocas no qual os membros cadastrados oferecem seus serviços e produtos em forma de doações de tempo. Nos empreendimentos solidários em geral, criam-se uma moeda paralela que serve de instrumento para realizarem suas transações financeiras solidárias, a chamada “Moeda Social” e no caso do BTF a moeda de troca é o “tempo”, gasto para realizar estas tarefas, ou ainda “horas BTF”.

Por meio de um software (*Google Sheets*) e com o auxílio de voluntários que administram a página do clube no *Facebook* (e são remunerados em horas BTF), são realizadas as trocas. Estas trocas não precisam ser diretas, os membros do clube acumulam suas horas, através da prestação dos seus serviços ou fornecimento de seus produtos, e então podem utilizá-las trocando por quaisquer serviços e/ou produtos dos demais membros do grupo.

Através da articulação da horta comunitária do PACUCA e do Banco de Tempo, pode-se observar algumas possibilidades em benefício das relações de cooperação entre seus participantes. A primeira delas é a possibilidade de o tempo de trabalho voluntário (nas hortas comunitárias) manter-se como promotor ativo da produção e consumo de hortaliças, legumes e frutas orgânicas das hortas comunitárias através de sua incorporação ao BTF (uso da moeda social de troca), já que o próprio Banco de Tempo tem por princípio incentivar a cooperação social.

A outra possibilidade identificada é a realização de ações solidárias e/ou coletivas, como os mutirões e os projetos sociais relativos à viabilização e gestão das hortas comunitárias de Florianópolis. Estas consequências nos levam a concluir que as hortas comunitárias do Campeche se caracterizam como um “espaço diferencial”, no sentido apresentado por Henri Lefebvre. A agricultura urbana do PACUCA portanto, produz novo espaço e relações sociais. Logo, é um “espaço diferencial” pela perspectiva de Lefebvre. Nestas circunstâncias estas

⁴⁶ Brasil, 2015, p. 3

⁴⁷ De Florianópolis, 2018

relações, criadas pelas práticas da agricultura urbana articulada com a economia solidária (por meio do BTF), representam uma forma de produção não capitalista do espaço urbano.

A questão, portanto, neste caso específico, se trata de retirar as agriculturas urbanas da ordem das propriedades destinadas ao mercado imobiliário, bem como priorizar por meio de políticas públicas a utilização de áreas públicas para estes fins, a exemplo das Áreas Verdes de Lazer, previstas no Planos Diretor municipal, pois caso contrário, nem a sua articulação com ferramentas semelhantes ao Banco de Tempo irá preservá-las frente ao competitivo mercado capitalista de terras.

Compreender as dinâmicas particulares de cada experiência e como esses grupos sociais se organizam, resistem e até mesmo se relacionam com os agentes e instituições produtoras do espaço urbano é essencial para articular a estratégia de permanência e perpetuação destas atividades em outros contextos e lugares.

Ferramentas que possibilitem a otimização das trocas não capitalistas também podem ser alavancas para articular os praticantes das agriculturas nas cidades e das trocas solidárias.

Considerações finais

As teorias da renda da terra são muito importantes no entendimento das dinâmicas das atividades capitalistas no meio urbano, entretanto sozinhas não explicam a existência e a permanência das práticas de agricultura na cidade, como no exemplo da horta comunitária do PACUCA. O Banco de Tempo de Florianópolis juntamente à horta comunitária tem possibilitado mudanças sociais, na medida em que atendem outras necessidades dos cidadãos, às quais ao espaço abstrato (criado pelo capital) desinteressam.

A partir destas relações, segundo a teoria do espaço diferencial de Lefebvre, portanto, fica claro a justificativa da existência destas atividades na cidade, pois são espaços que atendem as necessidades sociais que o próprio Estado e, principalmente o capital imobiliário, negligenciam. Entretanto, estas atividades enfrentam a grande disputa pelo uso da terra, pois os diversos agentes pleiteiam, com maior poder econômico (em relação à agricultura), o espaço urbano.

As agriculturas urbanas compreendem, assim, um dos diversos setores presentes na cidade, e contribuem, portanto, com uma parcela da construção de uma sociedade pós-capitalista, frente às suas limitações. Pensar e debater as ações de gestão e planejamento urbano de forma a permitir que atividades sustentáveis - social, econômica e ambientalmente – tais como a experiência da horta comunitária do PACUCA e do Banco de Tempo de Florianópolis possam ter seu lugar nas cidades é fundamental.

Bibliografia

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura urbana: isto e aquilo. *Teorias e Práticas Urbanas: Condições Para a Sociedade Urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora (2015): 419-447.

ALTIERI, Miguel et al. The greening of the “barrios”: Urban agriculture for food security in Cuba. *Agriculture and Human Values* 16.2 (1999): 131-140.

AQUINO, Adriana María de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambiente & Sociedade* 10.1 (2007): 137-150.

AUÊ. *Estudos em agricultura urbana*. [online]. UFMG. Viewed [13/01/2018]. Available from: <<https://aueufmg.wordpress.com/>>

AWARDS, C40 Cities (2016). *C40 Cities Awards* [online] C40 Cities Climate Leadership Group. Viewed [02/02/2018] Available from:< <http://www.c40.org/events/c40-cities-awards-2016>>

BRASIL, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Conselho Nacional de Economia Solidária. *1º Plano Nacional de Economia Solidária*. Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília: CNES/MTE, 2015. [viewed 20/03/2018]. Available from: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf>>

CAMPANÁRIO, Paulo. (2007). Florianópolis: dinâmica demográfica e projeção da população por sexo, grupos etários, distritos e bairros (1950-2050). *Florianópolis: IPUF*.

CEPAGRO, 2018. Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo [online] [viewed 02/03/2018]. Available from: <<https://cepagroagroecologia.wordpress.com/>>

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Ática, 1989.

DA COSTA, Fábio Rodrigues. A produção do espaço como resistência ao capital. *Geo UERJ*, v. 2, n. 25, p. 37-56, 2014

DA UNIÃO, D. O. (2018). *Diário Oficial da União*. [online] Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018. Viewed [22/03/2018] Available from: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/02/2018&jornal=515&página=64&totalArquivos=190>>

DE FLORIANÓPOLIS, Banco de Tempo (2018). *Banco de Tempo de Florianópolis*. [online] Facebook © 2018, [viewed 22/02/2018]. Available from: <<https://www.facebook.com/groups/837082279745501/>>

DE FLORIPA, Quintais (2016). *Quintais de Floripa* [online] viewed [12/02/2018]. Available from: <<https://quintaisdefloripa.wordpress.com/>>

DOS SANTOS, Vinicius Gonçalves, et al. Do singular ao plural: indicadores de sustentabilidade na economia solidária. *Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação* 1.2 (2015): 96-107

ENAU. Encontro Nacional de Agricultura Urbana (2016). [online] *Carta Política do Encontro Nacional de Agricultura Urbana*. [viewed 15/02/2018]. Available from: <<https://aueufmg.files.wordpress.com/2016/07/carta-politica-enau.pdf>>

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Urban Agriculture* [online]. ©FAO, 2018. [viewed 27/02/2018]. Available from: <<http://www.fao.org/urban-agriculture/es/>>

FARMER, CITY (2018). *City Farmer* [online] Michael Levenston, City Farmer. viewed 30/03/2018. Available from: <<http://www.cityfarmer.info/>>

FOME, Cidades sem. [online] ©2015 Cidades sem Fome. [viewed 25/03/2018]. Available from: <<https://cidadessemfome.org/pt-br/>>

GAIGER, Luiz Inácio (2007). A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, p. 57-77. DOI: 10.4000/rccs.725

GANDOLFO, Elisa Serena; HANAZAKI, Natália, 2011. Etnobotânica e urbanização: conhecimento e utilização de plantas de restinga pela comunidade nativa do distrito do Campeche (Florianópolis, SC). *Acta Botânica Brasílica*, v. 25 (n. 1), p. 168-177. ISSN 0102-3306

IBGE, 2010. *Censo Demográfico* [online]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [viewed 20/03/2018] Available from : <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>

IDRC, 2018. *International Development Research Centre*. ©IDRC, 2018. [online] viewed [20/02/2018]. Available from: <<https://www.idrc.ca/en>>

INUAG, *International Network for Urban Agriculture* [online] viewed [27/12/2018]. Available from: <<http://www.inuag.org/>>

IPUF, 2008. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis [online]. *Plano diretor participativo de Florianópolis: leitura integrada da cidade.* 290 p. viewed [07/03/2018] Available from: <<http://planodiretorflorianopolis.com.br/novo/wp-content/uploads/2017/06/Leitura-Integrada-da-Cidade.pdf>>

LENZI, M. H.; CAZETTA, V. Micropolíticas no Campeche: entre diagramas cristalizados, planejamento urbano e produção de desejos. *GEOUSP – Espaço e Tempo* [online], v. 21 (n. 2), p. 601-618 [viewed 10/12/ 2017]. Available from <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/124339/135140>>

MALTHUS. Thomas Robert, 1996. *Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática*. São Paulo: Nova Cultural.

MARX, Karl (1982). *O capital*: o processo global de acumulação capitalista. V.1. São Paulo: Difel.

MELO LISBOA, Armando de. Jul-set 2005. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *RAE-Revista de Administração de Empresas* [online] v. 45 (nº 3), p. 109-115. ISSN 0034-7590 [viewed 08/10/2017] Available from: <<http://www.redalyc.org/html/1551/155116027005/>>

NABARRO, Sérgio Aparecido; SUZUKI, Júlio César. A renda da terra nos autores clássicos. *Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*, v. 25, 2010.

ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (org). Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. *Uberlândia*: Alínea, 2007.

PAZOLINI, Tiago Umberto; DA SILVA, Everton. Seletividade Espacial dos Investimentos Imobiliários: Estudo do Campeche, Florianópolis/SC. *Anais VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales*, p.1663-1679 (2014).

ROESE, A. D. 2003. Agricultura urbana. *Embrapa Pantanal* - Artigo de divulgação na mídia (Infoteca-e) [online] 06/08/2008. [viewed 10/09/2017] Available from: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/812707>>

RUAFF. *RUAFF Foundation* [online] viewed [18/02/2018] Available from: <<http://www.ruaaf.org/>>

SANTANDREU, A. e LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. *Belo Horizonte*: FAO-MDS-SESAN-DPSD, Junho 2007.

SCHMID, Christian. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP: Espaço e Tempo* [online], nº 32, p. 89-109, 2012. [viewed 20/08/2018]. Available from: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>>

SIES. *Sistema Nacional de Economia Solidária*. [online]. Projeto SIES – Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Unisinos © 2018, [viewed 27/02/2018]. Available from: <<http://sies.ecosol.org.br/sies>>

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH, Adam. *A Riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria, 2004. Elementos da história da ANTEAG. *Revista ORG & DEMO*, v. 5 (n. 2) p. 267-272.

WAIBEL, Leo. 1948. A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra: sua aplicação à Costa Rica. *Revista brasileira de geografia*,

v. 10 (nº1) p. 2-40. ISSN:0034723x. [viewed 07/08/2017] Available from:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1948_v10_n1.pdf